



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

PLANO

**PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO (PALP)
QUADRIÊNIO 2022 – 2025**

O Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), previsto no art. 31 da Resolução CNJ n. 309, de 11 de março de 2020, tem por objetivo orientar e planejar as ações de auditoria a serem desenvolvidas pelas unidades de auditoria interna.

A elaboração do plano quadrienal constitui ferramenta de planejamento para o CNJ, uma vez que evidencia os macroprocessos de trabalho que serão avaliados seguindo o risco associado a cada processo auditável.

Os macroprocessos de trabalho foram definidos conforme os temas e objetivos estratégicos no Mapa Estratégico deste Conselho:

**MAPA ESTRATÉGICO DO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**2021 —
— 2026**

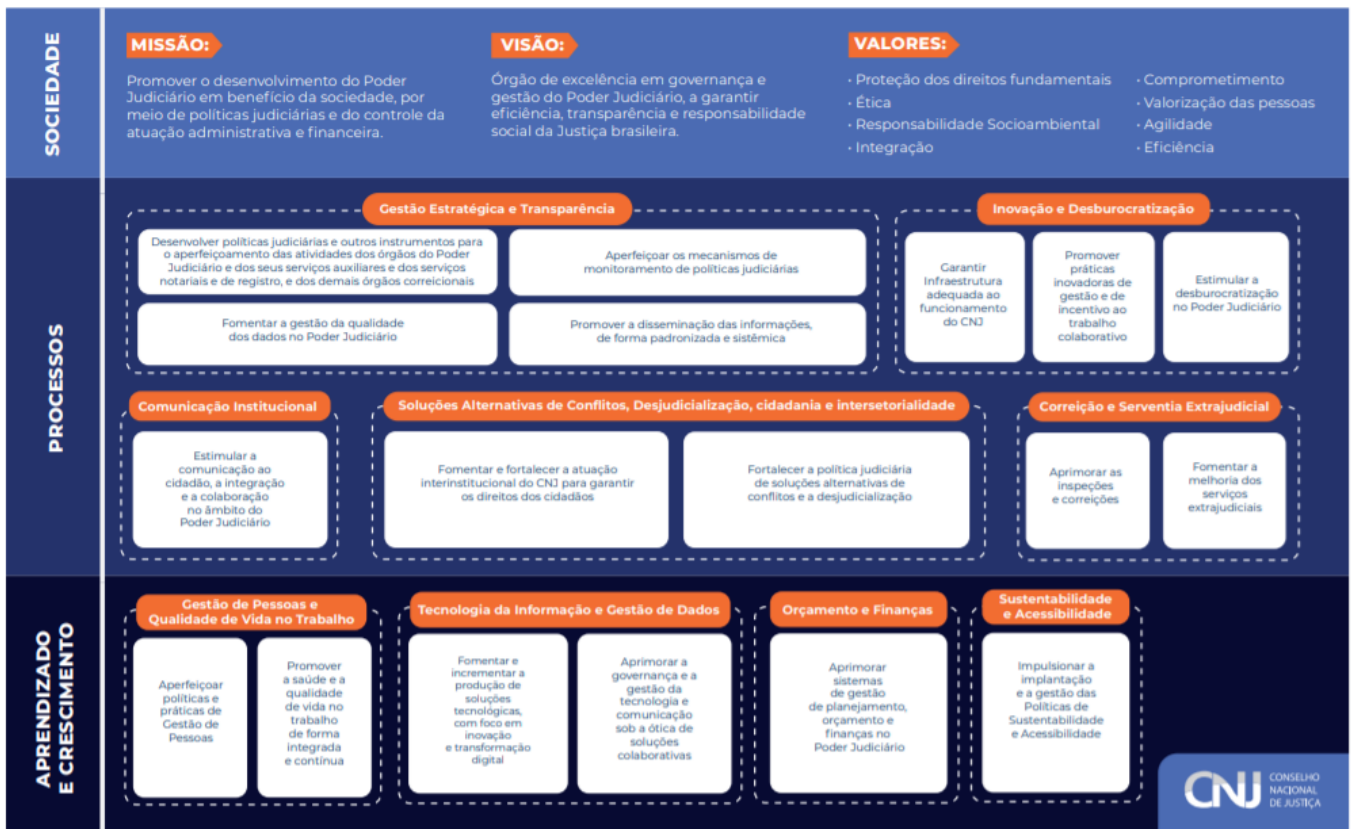


Figura 1 -Fonte: Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça[1]

Assim, com o objetivo de tornar as análises da auditoria relevantes para a Alta Administração, reafirmando o entendimento de que os trabalhos de auditoria devem agregar valor às operações do órgão, os processos auditáveis para o quadriênio 2022-2025 serão:

Macro processos	Objetivos estratégicos	Processos auditáveis
Gestão Estratégica e Transparência	Desenvolver políticas judiciárias e outros instrumentos para o aperfeiçoamento das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e dos seus serviços auxiliares e dos serviços notariais e de registro, e dos demais órgãos correccionais.	Governança de Políticas Judiciárias
	Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento de políticas judiciárias.	
	Fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário.	
	Promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica.	
Inovação e Desburocratização	Garantir Infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ.	Aquisições, Contratações e Fiscalizações
		Suprimento de Fundos
		Gestão de Serviços
		Gestão de Bens
		Segurança Institucional
Comunicação Institucional	Estimular a comunicação ao cidadão, a integração e a colaboração no âmbito do Poder Judiciário .	Gestão Documental
		Governança Corporativa
		Gestão de Processos
Soluções Alternativas de	Fomentar e fortalecer a atuação interinstitucional do CNJ para garantir os direitos dos	Termos, Acordos e Instrumentos Congêneres

Conflitos, desjudicialização, cidadania e intersetorialidade	cidadãos.	
	Fortalecer a política judiciária de soluções alternativas de conflitos e a desjudicialização.	Governança de Políticas Judiciárias
Correição e Serventia Extrajudicial	Aprimorar as inspeções e correições.	Apoio Jurisdicional
	Fomentar a melhoria dos serviços extrajudiciais.	
Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida no Trabalho	Aperfeiçoar políticas e práticas de Gestão de Pessoas.	Gestão de força de trabalho
		Direitos e Vantagens
		Capacitação de Servidores e Magistrados (interna)
	Promover a saúde e a qualidade de vida no trabalho de forma integrada e contínua.	Processamento da Folha de Pagamento
		Diárias e Passagens
		Capacitação de Servidores do Poder Judiciário (externa)
	Programas de Qualidade de Vida no Trabalho	
Tecnologia da Informação e Gestão de Dados	Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital.	Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação
		Gestão de Sistemas Externos de TIC
	Aprimorar a governança e a gestão da tecnologia e comunicação sob a ótica de soluções colaborativas.	Governança de T.I.C
Orçamento e Finanças	Aprimorar sistemas de gestão de planejamento, orçamento e finanças no Poder Judiciário.	Governança Orçamentária e Financeira, Planejamento, Gerenciamento, Execução e Gestão Contábil (Interna)
		Governança Orçamentária e Financeira, Planejamento, Gerenciamento, Execução e Gestão Contábil (Externa)
Sustentabilidade e Acessibilidade	Impulsionar a implantação e a gestão das Políticas de Sustentabilidade e Acessibilidade.	Gestão Socioambiental
		Política de Acessibilidade

Os processos auditáveis serão detalhados por ocasião da elaboração do Plano Anual de Auditoria (PAA), podendo ser suprimidos ou acrescidos em função da alteração dos riscos, de demandas específicas da Alta Administração ou de normas supervenientes.

Osair Victor de Oliveira Junior
Secretário de Auditoria Interna - Conselho Nacional de Justiça

[1] Disponível em: < <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/08/plano-estrategico-2021-2026-v6.pdf> > Acesso em: 23/11/2021.



Documento assinado eletronicamente por **OSAIR VICTOR DE OLIVEIRA JUNIOR, SECRETÁRIO DE AUDITORIA - SECRETARIA DE AUDITORIA**, em 30/11/2021, às 19:42, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **1218149** e o código CRC **F5A1CC5E**.